



FAKE NEWS COMO GÊNERO EMERGENTE: REGULARIDADES DISCURSIVAS E EFEITOS DE CREDIBILIDADE EM TEXTOS DIGITAIS

FAKE NEWS AS AN EMERGING GENRE: DISCURSIVE REGULARITIES AND CREDIBILITY EFFECTS IN DIGITAL TEXTS

Peterson Luiz Oliveira da Silva ¹

Juliana Lopes do Nascimento ²

Lívia Gomes Rodrigues Dias ³

RESUMO: Este artigo analisa as fake news como fenômeno discursivo, tomando como eixo a teoria dos gêneros do discurso e contribuições dos estudos de gêneros discursivos para compreender como textos falsos produzem efeitos de credibilidade em ambientes digitais. A pesquisa adota abordagem qualitativa e descritivo-interpretativa, com cópuz composto por duas peças de desinformação verificadas pelo portal G1 Fato ou Fake, coletadas em janeiro de 2026, acompanhadas de seus respectivos textos de checagem. À luz da perspectiva bakhtiniana, investigam-se dimensões temáticas, estilísticas e composicionais das peças, bem como condições de circulação que favorecem aceitabilidade e compartilhamento. Os resultados indicam regularidades, como a fabricação de pseudo-evidência visual, a simulação de amadorismo, a economia verbal típica das redes, a apropriação de linguagem institucional e a exploração de emoções, além de estratégias de incompletude que deslocam para o leitor a tarefa de preencher lacunas de sentido. Em contraste, os textos de verificação apresentam estrutura recorrente orientada pela explicitação do veredicto, pela transparência metodológica, pela indicação de fontes e pela função pedagógica de orientar práticas de leitura crítica. Conclui-se que a análise das regularidades discursivas da desinformação pode subsidiar propostas de letramento crítico no ensino de língua portuguesa, fortalecendo a capacidade de identificação e enfrentamento de textos enganosos.

Palavras-chave: Fake news; Gêneros do discurso; Desinformação; Checagem de fatos.

ABSTRACT: This article analyzes fake news as a discursive phenomenon, drawing on genre theory and contributions from discourse genre studies to understand how false texts produce credibility effects in digital environments. The study adopts a qualitative, descriptive-interpretive approach, with a corpus consisting of two pieces of disinformation fact-checked by the G1 Fato ou Fake portal, collected in January 2026, along with their corresponding verification texts. From a Bakhtinian perspective, the analysis examines thematic, stylistic, and compositional dimensions of the texts, as well as the conditions of circulation that foster their acceptability and sharing. The results indicate recurring patterns such as the fabrication of pseudo-visual evidence, the simulation of amateurism, the verbal economy typical of social media, the appropriation of institutional language, and the exploitation of emotions, in addition to strategies of incompleteness that shift to the reader the task of filling in gaps of meaning. In contrast, fact-checking texts display a recurrent structure guided by the explicit presentation of the verdict, methodological transparency, source attribution, and a pedagogical function

¹ Doutorando em Letras pela Universidade Federal de Roraima (PPGL-UFRR), Mestre em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Professor de Português e Redação da Rede Particular de Ensino de Boa Vista-RR. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5892-7093> E-mail: professorpetersonlamper@gmail.com.

² Mestranda em Letras pela Universidade Federal de Roraima (PPGL-UFRR), Licenciatura em Letras pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e Professora de Língua Portuguesa da Rede Pública de Ensino do Estado de Roraima. ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-8127-4865> E-mail: juulopesn@gmail.com.

³ Mestranda em Letras da Universidade Federal de Roraima (PPGL-UFRR), Licenciatura em Pedagogia pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e Professora da Rede Pública de Ensino do Estado de Roraima. ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-2083-9479> E-mail: liviagrodrigues@gmail.com.



aimed at fostering critical reading practices. The study concludes that analyzing the discursive regularities of disinformation can support proposals for critical literacy in Portuguese language education, strengthening the ability to identify and confront misleading texts.

Keywords: Fake news; Discourse genres; Disinformation; Factchecking.

INTRODUÇÃO

As *fake news* produzem, hoje, impactos sociais e éticos, articulando-se às formas contemporâneas de circulação de informação em ambientes digitais. Na perspectiva dos estudos dos gêneros do discurso, a compreensão desse fenômeno implica não apenas identificar conteúdos falsos, mas analisar os elementos textuais e sociais que levam determinados textos a serem tomados como verdadeiros por seus receptores, análise essa que pode contribuir para o enfrentamento desse fenômeno nas práticas sociais.

Embora notícias enganosas não sejam novidade em uma perspectiva histórica (Lopes, 2024), há particularidades no cenário atual: o acesso disseminado a meios de comunicação amplia a possibilidade de qualquer pessoa atuar como produtora e consumidora desse tipo de material, em ritmos acelerados de circulação que tornam a correção posterior menos visível que o conteúdo inicial. Por isso, a discussão sobre *fake news* exige considerar, ao mesmo tempo, aspectos formais do texto e condições de produção e recepção, como: quem produz, com que intenção, em que suporte veicula e qual interlocutor é projetado.

A teoria dos gêneros do discurso, proposta por Mikhail Bakhtin, oferece um referencial importante para analisar a desinformação como prática discursiva. Ao entender os gêneros como formas relativamente estáveis de enunciados vinculadas às esferas de atividade humana, torna-se possível examinar como certos textos se legitimam por meio do reconhecimento social de formatos já estabilizados, por exemplo, a notícia jornalística, o comunicado institucional e o relato testemunhal. Esse reconhecimento não opera apenas no plano linguístico, pois envolve expectativas compartilhadas sobre estilo, composição e efeitos de verdade, o que cria condições para a simulação de credibilidade em diferentes plataformas. Dentro dessa abordagem, portanto, interessa observar como as *fake news* podem ser tomadas como um gênero emergente, não apenas como “notícias falsas”, já que sua circulação e seu funcionamento dependem da interligação entre aspectos formais e sociais e, de modo especial, do suporte. Desse ponto de vista, analisar *fake news* significa explicitar marcas textuais que favorecem a identificação do conteúdo, problematizar as situações de produção e recepção e mapear elementos que possibilitam reconhecer e interromper a incorporação dessas mensagens nas práticas discursivas.



Com base nessa problemática, este artigo objetiva descrever e compreender regularidades discursivas presentes em peças de desinformação, contrastando-as com textos jornalísticos de verificação, a fim de subsidiar propostas pedagógicas voltadas ao letramento crítico (Rojo, 2009; Costa; Beviláqua; Fialho, 2020; Beviláqua *et al.*, 2024). O *cópus* do estudo é constituído por duas peças de desinformação verificadas pelo portal G1 Fato ou Fake, coletadas em janeiro de 2026, acompanhadas dos respectivos textos de checagem, o que possibilita observar, comparativamente, estratégias de construção de sentido, de simulação de credibilidade e de orientação interpretativa. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e descritivo-interpretativa, ancorada em estudos discursivos aplicados ao ensino de línguas, com foco nas dimensões verbais e visuais dos textos e nas condições de circulação que atravessam sua interpretação⁴.

Além desta introdução, o artigo conta com estas seções: a base teórica, dedicada aos gêneros do discurso e às discussões recentes sobre *fake news*; a metodologia, que explicita critérios de seleção e procedimentos analíticos; e os resultados e discussões, estruturada em subseções que apresentam as regularidades discursivas observadas, as estratégias de simulação do gênero jornalístico e o contraste com os textos de verificação.

GÊNEROS DO DISCURSO NA PERSPECTIVA BAKHTINIANA

A compreensão das *fake news* como fenômeno discursivo requer, primeiramente, uma discussão sobre a natureza dos gêneros discursivos e seu papel na organização das práticas comunicativas humanas. A teoria dos gêneros do discurso, desenvolvida por Mikhail Bakhtin, constitui um dos paradigmas mais influentes nos estudos contemporâneos da linguagem, pois propõe um quadro epistemológico para compreender tanto a estabilidade quanto a dinamicidade das formas enunciativas que circulam nas esferas da atividade humana. Segundo Bakhtin (2016), os gêneros do discurso são tipos relativamente estáveis de enunciados elaborados por cada esfera de utilização da língua; tal definição contribui para a compreensão do papel social dos gêneros discursivos empregados e para a forma de organização textual desses discursos.

Ao caracterizar os gêneros como estáveis, Bakhtin reconhece, simultaneamente, sua dimensão normativa, uma vez que há expectativas compartilhadas sobre como determinados

⁴ Ainda que o *cópus* não possibilite generalizações estatísticas, a delimitação adotada favorece uma análise textual detalhada, compatível com o objetivo de identificar regularidades e propor hipóteses para investigações posteriores com conjuntos mais amplos.



enunciados devem se configurar. Contudo, conforme argumenta Marcuschi (2008), essa estabilidade é apenas relativa, pois os gêneros apresentam uma maleabilidade característica que vai de encontro a uma visada normativa ou prescritiva. O autor evidencia que a forma composicional de determinado gênero é apenas um de seus componentes, sendo determinada por fatores extralinguísticos, como o projeto de dizer do enunciador, o interlocutor previsto e o contexto social mais imediato. Dessa forma, a maleabilidade dos gêneros e sua relativa estabilidade possibilitam conhecer o processo de emergência, criação e circulação dos tipos de enunciados que surgem relacionados a cada campo da atividade humana, evidenciando a dinamicidade contínua dessas formas. Por um lado, a estabilidade dos gêneros possibilita que peças de desinformação os imitem para ganhar credibilidade; por outro, sua maleabilidade possibilita a emergência de novos gêneros e a hibridização de formas existentes, bem como a transformação dos recortes temáticos e posicionamentos que determinados gêneros possibilitam em resposta às mudanças sociais.

Bakhtin (2016) identifica três dimensões constitutivas dos gêneros discursivos: o conteúdo temático, o estilo e a construção composicional. O conteúdo temático refere-se aos temas que podem ser abordados em determinado gênero, não como assuntos específicos, mas como domínios de sentido típicos de cada esfera comunicativa. O estilo compreende os recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais característicos do gênero, sempre em relação à posição enunciativa e ao destinatário presumido. A construção composicional diz respeito à organização estrutural do texto e aos procedimentos de articulação das partes que compõem o todo do enunciado. Essas três dimensões são indissociáveis no enunciado concreto, determinando-se mutuamente em função das especificidades da esfera de comunicação, das condições de produção e recepção e das relações entre os interlocutores.

Como observa Bakhtin (2016, p. 12), "cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, sendo isso que denominamos gêneros do discurso". Essa elaboração responde a necessidades comunicativas coletivas, cristalizando formas que se tornam reconhecíveis e compartilhadas pelos participantes de determinada esfera. A questão da esfera de circulação assume centralidade nessa teoria, pois, para Bakhtin (2016), não existem gêneros universais ou abstratos, desvinculados das práticas sociais concretas em que se inserem: cada esfera da atividade humana, seja ela jornalística, científica, literária ou cotidiana, desenvolve seus próprios gêneros, adequados às suas finalidades específicas e às relações sociais que lhe são típicas. Assim, um artigo científico responde às demandas de validação de conhecimento próprias da esfera acadêmica; uma notícia jornalística atende às



necessidades de informação pública características da esfera midiática; uma conversa informal organiza-se segundo as convenções da esfera do cotidiano. Nessa perspectiva, como observa Silva (2007), ao retomar Bazerman (2005), os gêneros estão ligados a fatos sociais e a atividades humanas, sendo responsáveis pelo estabelecimento e pelo surgimento de fatos sociais que regem e orientam a vida social. Essa relação entre gênero e organização das atividades sociais torna-se relevante quando se considera que o comportamento social tem sido diretamente afetado pelas *fake news*, influenciando inclusive processos eleitorais de grande relevância histórica.

Somado a isso, a distinção entre gêneros primários e secundários é importante para a compreensão do fenômeno dos gêneros discursivos, pois os primários, também denominados simples, formam-se nas condições da comunicação discursiva imediata e espontânea, típicas das interações cotidianas face a face. Já os secundários, ou complexos, surgem em condições de convívio cultural mais elaborado e organizado, sobretudo no âmbito da escrita. É importante salientar que essa distinção reflete diferentes graus de complexidade nas relações entre linguagem e vida social; além disso, os gêneros secundários frequentemente incorporam e reelaboram gêneros primários, transformando-os no processo.

No contexto da desinformação digital, essa distinção explica as formas de construção dos textos que circulam amplamente, pois as *fake news*, ao circularem predominantemente em plataformas digitais, inscrevem-se no domínio dos gêneros secundários, ainda que frequentemente simulem a informalidade e a espontaneidade características dos gêneros primários, especialmente em suas versões disseminadas por aplicativos de mensagens instantâneas. Essa simulação estratégica de características de diferentes esferas comunicativas constitui um dos elementos centrais de seu funcionamento discursivo. Legroski (2020) observa que as *fake news* representam, de fato, um novo gênero textual, na medida em que inovam na interligação de aspectos formais e sociais que não haviam sido postos em funcionamento dessa forma antes. Assim, esses textos distinguem-se das notícias convencionais não apenas pelo conteúdo falso, mas pela intencionalidade deliberada de enganar e pela maneira como exploram múltiplos suportes e estratégias de disseminação (Gomes; Dourado, 2019).

Também é relevante fundamentar o horizonte social na teoria bakhtiniana. Para Bakhtin (2016), todo enunciado pressupõe um horizonte social definido, isto é, uma comunidade de falantes com a qual o enunciador estabelece relação. Esse horizonte determina elementos importantes da comunicação: o que pode ser dito, como deve ser dito, quais recursos linguísticos são apropriados e qual tom deve ser adotado. A desinformação explora essa



dimensão social dos gêneros ao simular características de gêneros confiáveis, como a notícia jornalística, buscando situar-se em um horizonte social que lhe confira legitimidade e credibilidade.

Bakhtin (2016) também enfatiza a dimensão responsiva do enunciado, pois todo enunciado constitui uma resposta a enunciados anteriores e antecipa possíveis respostas futuras. Essa cadeia dialógica, na qual cada enunciado se insere respondendo ao já-dito e projetando o ainda-por-dizer, caracteriza a natureza social e histórica da linguagem. No caso das *fake news*, essa dimensão manifesta-se de formas variadas: esses textos respondem estrategicamente a eventos noticiosos reais, antecipam e tentam neutralizar possíveis questionamentos e buscam provocar respostas específicas nos destinatários, sobretudo o compartilhamento. Como destaca Legroski (2020), para que a aceitabilidade desses textos esteja assegurada, é necessário que exista um estofamento pragmático e social que possibilite ao leitor acreditar nas informações expostas, o que pode ser alcançado pelo vínculo social compartilhado entre locutor e interlocutor.

A teoria bakhtiniana também oferece subsídios para compreender o acabamento do enunciado, uma vez que ele apresenta limites definidos pela alternância dos sujeitos falantes e por uma totalidade de sentido que se constitui de modo a abrir espaço para a possibilidade de resposta (Bakhtin, 2016). Nas *fake news*, observa-se com frequência um acabamento deliberadamente incompleto, que incita o destinatário a buscar mais informações, a compartilhar o conteúdo ou a preencher lacunas com suas inferências e preconceitos, e essa incompletude calculada constitui parte da estratégia persuasiva desses textos. Legroski (2020) observa que o caráter transmidiático das *fake news* faz que elas se manifestem não apenas como textos em portais, mas também como conteúdos compartilhados em redes sociais, links enviados por e-mail, áudios, imagens descontextualizadas ou acompanhadas de legendas falsas, bem como recortes editados em materiais visuais, explorando estratégias de sugestão conforme o suporte utilizado.

Um aspecto fundamental para a compreensão das *fake news* como gênero discursivo emergente é sua relação parasitária com o gênero notícia jornalística, já que, conforme Silva (2007), ao analisar o gênero notícia, destaca a existência de uma superestrutura convencional que organiza as notícias, conferindo a esse texto certa regularidade de forma e conteúdo. Em razão dessa regularidade, qualquer usuário letrado da língua possui condições de reconhecê-lo, inclusive diferenciando-o de outros textos da esfera jornalística. Essa regularidade serve, no caso das *fake news*, como um atalho interpretativo: ao reconhecer o formato da notícia, o leitor



tende a se desobrigar de verificar as informações ali veiculadas, acreditando que a verificação já foi realizada pelo autor do texto, pois a expectativa associada à leitura de notícias não é a checagem, mas a recepção de informações consideradas verdadeiras e informativas, como Legroski (2020).

É importante destacar que, como argumenta Legroski (2020), *fake news* não podem ser consideradas notícias, posto que estas constituem um gênero textual consolidado nas práticas sociais cotidianas, enquanto as *fake news* configuram um território discursivo que, em muitos casos, emula esse gênero, e se dissemina em contextos nos quais notícias convencionais não conseguem chegar. Essa distinção é central, pois *fake news* não são apenas notícias falsas, mas textos criados deliberadamente com a finalidade de serem falsos e de enganar o interlocutor (Dourado 2021). Na definição proposta por Legroski (2020), com base em Biondo (1994), trata-se de uma forma de mentira prototípica, em que o falante diz algo deliberadamente falso com vistas a enganar.

Por fim, cabe destacar que a teoria bakhtiniana não concebe os gêneros como formas estanques ou imutáveis, mas como entidades em constante transformação, já que “a riqueza e a variedade dos gêneros do discurso acompanham a diversidade das atividades humanas” (Bakhtin 2016, p. 15). Essa perspectiva dinâmica é fundamental para compreender a emergência das *fake news* como prática discursiva recorrente no contexto das mídias digitais, pois esse tipo de texto representa um fenômeno que exige análise complexa, conectando e abrangendo não apenas aspectos formais e linguísticos, mas também as condições de produção, circulação e recepção dos textos, bem como os fatores sociais que moldam sua aceitabilidade e impacto na vida social.

METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa e descritivo-interpretativa, inscrevendo-se no campo dos estudos discursivos aplicados ao ensino de língua portuguesa. A opção pela abordagem qualitativa justifica-se pela natureza do objeto investigado: as regularidades discursivas presentes em peças de desinformação demandam análise detalhada dos recursos linguísticos, composicionais e enunciativos empregados na construção desses textos. Já o caráter descritivo-interpretativo refere-se ao duplo movimento metodológico de descrever sistematicamente as características dos textos que compõem o corpus e de interpretá-las à luz do referencial teórico bakhtiniano e dos estudos sobre letramento crítico (Rojo, 2009; Beviláqua *et al.*, 2024).



O *córpus* da pesquisa é constituído por duas peças de desinformação identificadas e verificadas pelo portal G1 Fato ou Fake, coletadas em janeiro de 2026. A escolha desse portal como fonte justifica-se por sua credibilidade no campo da verificação jornalística no Brasil, por sua vinculação a um canal de comunicação renomado e por sua metodologia transparente de checagem. Cada uma das peças selecionadas foi acompanhada de seu texto de verificação publicado pelo portal, possibilitando o contraste entre as estratégias discursivas da desinformação e aquelas empregadas pelo jornalismo de checagem.

Sobre os critérios de inclusão/exclusão do *córpus*, foram priorizadas peças que: (a) circularam amplamente em plataformas digitais, conforme indicado pelo portal de verificação; (b) empregam recursos semióticos variados (texto, imagem, vídeo); e (c) exemplificam estratégias de simulação de credibilidade, desde a fabricação completa de informações até a descontextualização de conteúdos autênticos.

Existem algumas limitações metodológicas desta pesquisa, das quais três se destacam. Primeiramente, o *córpus* restrito de duas peças não possibilita generalizações estatísticas; os achados referem-se especificamente aos textos analisados, ainda que possam sugerir hipóteses para investigações futuras com corpora mais amplos. Em segundo lugar, a análise concentrou-se nas dimensões verbais e visuais dos textos, não incluindo análise técnica de possíveis manipulações digitais de imagens ou vídeos, o que demandaria competências e ferramentas específicas do campo da comunicação digital. Por fim, a pesquisa não inclui análise de recepção, ou seja, não investiga como os públicos efetivamente interpretam e respondem a essas peças, concentrando-se no prisma textual.

Apesar dessas limitações, a metodologia adotada mostra-se adequada aos objetivos da pesquisa: descrever e compreender as regularidades discursivas das *fake news*, contrastando-as com textos jornalísticos verificados, de modo a subsidiar propostas pedagógicas de letramento crítico. Tais dados, apresentados na próxima seção, demonstram a potência da abordagem metodológica escolhida para a compreensão do fenômeno da desinformação em suas dimensões linguístico-discursivas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção, apresentamos a análise detalhada das duas peças de desinformação coletadas do portal G1 Fato ou Fake, contrastando-as com seus textos de verificação. A análise organiza-se em três subseções que discutem, respectivamente, as regularidades discursivas



observadas nas peças de desinformação, as estratégias de simulação do gênero jornalístico e o contraste com os textos de verificação.

Regularidades discursivas nas peças de desinformação

A primeira peça analisada refere-se a um vídeo divulgado como registro de uma manifestação de agricultores em Paris, mas que, na realidade, foi produzido por meio de inteligência artificial. A manchete da verificação informa: "É #FAKE vídeo de caminhões e tratores bloqueando via em Paris durante 'paralisação' de agricultores; cena foi criada com IA". O texto esclarece que as imagens, amplamente compartilhadas em redes sociais, são artificiais e circularam paralelamente a registros reais de protestos de agricultores franceses contra acordos comerciais firmados entre a União Europeia e o Mercosul.

Do ponto de vista composicional, a peça exemplifica uma estratégia recorrente da desinformação contemporânea, caracterizada pela fabricação integral do conteúdo mediante tecnologias de geração de imagens. Conforme define Gomes e Dourado (2019, p. 33), *fake news* constituem "relatos pretensamente factuais que inventam ou alteram os fatos que narram e que são disseminados, em larga escala, nas mídias sociais, por pessoas interessadas nos efeitos que eles poderiam produzir." Nesse sentido, o vídeo simula características frequentemente associadas a registros amadores de acontecimentos noticiosos, como enquadramento instável e ausência de tratamento técnico profissional, recursos que contribuem para a construção de uma aparência de autenticidade.

No plano estilístico, observa-se a exploração da economia verbal típica de conteúdos audiovisuais compartilhados em redes sociais, pois não há texto explicativo elaborado, apenas legendas breves que localizam o evento, como "Paris" e "protesto de agricultores". Essa concisão desloca o eixo interpretativo para a imagem, reduzindo o espaço para questionamento e favorecendo o compartilhamento baseado na impressão visual imediata. Gomes e Dourado (2019, p. 36) apontam, nesse sentido, a existência de uma "dupla contrafação", que envolve tanto a invenção ou alteração dos fatos quanto a camuflagem narrativa segundo o estilo e a aparência de reportagens jornalísticas.

Em termos temáticos, a peça insere-se em um cenário de polarização política relacionado a acordos comerciais internacionais. Ao produzir uma evidência visual inexistente de protestos em larga escala, o conteúdo falseado amplia artificialmente a percepção de rejeição aos acordos, com potencial de influenciar a opinião pública sobre um tema de relevância econômica e geopolítica. Em fake news voltadas a temáticas politizadas, como argumenta



Dourado (2021), o contexto político assume papel ativo e constitutivo na dinâmica desses textos: intensifica ações coletivas ancoradas em conflitos e antagonismos e cria condições para que se legitimem modos tribalizados de conceber a verdade. Nesse sentido, a noção de aceitabilidade, central nos estudos de textualidade, mostra-se relevante neste caso principalmente para angariar engajamento sobre o texto veiculado. Partindo disso, Legroski (2020) observa que, no contexto das redes sociais, a credibilidade da informação frequentemente se vincula menos ao veículo produtor e mais à pessoa que compartilha o conteúdo. Assim, a informação chega ao receptor mediada por uma fonte socialmente próxima, o que confere ao texto um estofamento pragmático e social que favorece sua aceitação, mesmo quando o conteúdo é falso (Legroski, 2020, p. 331-332).

Sob a perspectiva da coerência textual, Legroski (2020) argumenta que não se pode avaliá-la apenas em termos linguísticos, uma vez que a coerência das *fake news* depende do compartilhamento de conhecimentos e crenças entre os sujeitos envolvidos na interação. Isto é, "para aqueles que compartilham determinadas visões de mundo, o texto apresenta-se como informativo e coerente; para os demais, revela-se incoerente e inconsistente" (Legroski, 2020, p. 338). Embora a verificação dessa peça seja tecnicamente simples, já que a falsidade do vídeo pode ser comprovada por meio de análise forense digital, o caso ilustra a fragilidade apontada por Dourado (2021), segundo a qual as *fake news* são vulneráveis à checagem em fontes confiáveis. Ainda assim, como observa a autora, a exposição à correção tende a ser menor do que a exposição ao conteúdo falso original, já que as próprias ações corretivas podem reforçar percepções equivocadas entre indivíduos fortemente comprometidos com determinada posição, fenômeno conhecido como *backfire effect* (Dourado, 2021).

Por fim, a peça evidencia a convergência entre as tecnologias emergentes de geração de conteúdo por inteligência artificial e as dinâmicas contemporâneas de circulação da desinformação. Dourado (2021) alerta que as *fake news* em formato de vídeo constituem preocupação crescente, uma vez que tecnologias de *deepfake* conferem maior realismo às montagens audiovisuais. O caso analisado confirma essa avaliação e aponta para a necessidade de maior sofisticação tanto nos processos de verificação quanto nas práticas de alfabetização midiática. Como observa a autora, a desinformação raramente cria narrativas inéditas, operando sobretudo pela amplificação, distorção ou fabricação de evidências para narrativas já existentes, dinâmica que se mostra observável neste episódio.

A segunda peça analisada refere-se a uma mensagem que informa a suposta cobrança de "Dívida Ativa da União" vinculada ao CPF de cidadãos. A manchete da verificação afirma: "É



#FAKE mensagem sobre cobrança de 'Dívida Ativa da União' vinculada a CPF; trata-se de golpe". O texto de checagem esclarece que o conteúdo utiliza dados reais das vítimas para simular credibilidade e induzi-las ao pagamento de R\$ 138,55 via PIX. Tanto o programa Fato ou Fake quanto a Receita Federal e o Ministério da Fazenda alertam para a falsidade da mensagem.

Do ponto de vista composicional, a peça exemplifica uma estratégia de desinformação baseada na apropriação de dados pessoais autênticos para a construção de uma aparência de institucionalidade. Diferentemente do caso anterior, não há fabricação de evidências visuais, mas sim a simulação de um gênero textual consolidado, a comunicação oficial governamental: a mensagem mobiliza elementos característicos desse gênero, como linguagem formal, referência a órgão público, menção ao CPF, valor monetário específico e indicação de meio de pagamento amplamente utilizado. A articulação desses elementos produz um simulacro convincente de oficialidade, capaz de enganar destinatários pouco familiarizados com os procedimentos reais de cobrança estatal, e a utilização de dados pessoais reais acrescenta uma camada de verossimilhança, explorando o que Dourado (2021) denomina "precisão informativa" forjada para sustentar a aparência de factualidade.

No plano estilístico, a mensagem reproduz convenções linguísticas esperadas em notificações institucionais, reforçando a simulação de legitimidade. A escolha de um valor monetário específico, como R\$ 138,55, funciona como recurso persuasivo relevante, uma vez que valores não arredondados sugerem cálculo individualizado e remetem a práticas administrativas reais. Legroski (2020) observa que gêneros textuais consolidados operam como atalhos interpretativos, levando o leitor a suspender a verificação do conteúdo por confiar que ela já foi realizada pelo autor do texto.

O suporte de circulação revela-se decisivo para a eficácia da fraude. A disseminação ocorre majoritariamente via WhatsApp, plataforma que, para Legroski (2020, p. 334), "dificulta o rastreamento da fonte original e favorece a confiança em mensagens provenientes da rede pessoal de contatos". Ademais, o ambiente privilegia mensagens curtas e diretas, perfil que a mensagem fraudulenta atende plenamente. Essa característica relaciona-se à dimensão da informatividade, pois a mensagem é construída para gerar reação imediata, neste caso, o pagamento, antes que haja tempo para verificação.

Tematicamente, a peça explora ansiedades econômicas e o temor de sanções fiscais. A menção à "dívida ativa", expressão técnica do direito tributário, evoca consequências concretas e graves, como restrições creditícias e processos de execução fiscal. A mobilização deliberada de emoções negativas, como medo e urgência, constitui elemento central da estratégia



persuasiva. Em um contexto nacional marcado por endividamento, complexidade burocrática e digitalização dos serviços públicos, a mensagem encontra condições propícias para sua eficácia. Gomes e Dourado (2019) identificam novamente a "dupla contrafação", na qual se inventa um fato inexistente e se reveste essa invenção com a forma de uma comunicação legítima.

Sob a perspectiva da intencionalidade, o caso exemplifica os três elementos constitutivos da mentira apontados por Biondo (1994 *apud* Legroski, 2020, p. 330): falsidade do conteúdo, consciência dessa falsidade por parte do produtor e intenção de enganar para obter vantagem financeira ilícita. Trata-se, portanto, de um crime patrimonial que instrumentaliza estratégias discursivas da desinformação contemporânea. Embora difira das *fake news* de motivação político-ideológica, compartilha com elas mecanismos centrais, como a simulação de credibilidade, a exploração de ansiedades coletivas e o aproveitamento das características sociotécnicas das plataformas digitais.

A facilidade teórica de verificação da fraude contrasta com sua eficácia prática. Bastaria consultar os canais oficiais da Receita Federal ou da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para confirmar a inexistência da suposta dívida. No entanto, a urgência implícita e o medo mobilizado visam impedir a verificação. Mesmo diante de alertas oficiais amplamente divulgados, o golpe continua em circulação, evidenciando que a disponibilidade de informação não garante, por si só, proteção contra a desinformação.

Por fim, o caso evidencia a expansão das estratégias da desinformação para o campo das fraudes econômicas. Técnicas associadas à manipulação político-ideológica passam a ser empregadas em crimes patrimoniais, ampliando danos sociais do fenômeno. A falsa cobrança de dívida ativa ilustra como conhecimentos legítimos sobre o sistema tributário e os procedimentos administrativos são distorcidos para fins fraudulentos. Nesse contexto, percebe-se que a desinformação opera menos pela criação de narrativas inéditas e mais pela manipulação de informações, expectativas e medos já consolidados.

Estratégias de simulação do gênero jornalístico

Uma característica central das *fake news* analisadas é a apropriação de elementos do gênero jornalístico. Bakhtin (2016) observa que os gêneros secundários frequentemente incorporam e reelaboram gêneros primários e, no caso da desinformação, observa-se fenômeno análogo: a incorporação de elementos de gêneros legitimados, especialmente o jornalístico, para construir credibilidade.



A primeira estratégia de simulação identificada é a pseudoevidência visual. No caso do vídeo fabricado sobre manifestação em Paris, a peça explora a autoridade epistêmica atribuída a registros audiovisuais. Como observa Marcuschi (2008), vivemos em cultura visual, em que imagens são frequentemente tomadas como evidências. A *fake news* explora essa confiança: ao apresentar-se como registro visual, reivindica estatuto de prova. A simulação de amadorismo constitui elemento dessa estratégia. Vídeos jornalísticos profissionais apresentam marcas reconhecíveis como qualidade técnica, enquadramentos estáveis, edição e identificação do veículo. Ao simular registro amador, a *fake news* busca outro tipo de autoridade: a da testemunha ocular, do cidadão comum que presenciou e registrou o evento. Essa estratégia explora desconfiança em relação à mídia tradicional, posicionando-se como alternativa autêntica e não mediada.

A segunda estratégia consiste na apropriação de linguagem institucional. As peças que mencionam Receita Federal, CPF, PIX e Dívida Ativa da União recorrem a terminologia de aparência oficial, simulando uma comunicação governamental. Essa apropriação lexical é reforçada pela simulação de estruturas textuais típicas de comunicados oficiais: identificação do emissor, referência a documentos, especificação de valores e prazos e indicação de procedimentos. Nesse sentido, vale mencionar Rojo (2009), ao observar que o domínio de um gênero envolve o reconhecimento de suas convenções linguísticas e composicionais, conhecimento que a desinformação explora de modo implícito. Ao mobilizar convenções reconhecíveis, o texto ativa, no destinatário, frames cognitivos associados a comunicações oficiais, o que dificulta a identificação da fraude. Observa-se, assim, que as *fake news* constroem uma atmosfera de verossimilhança e que, para identificar as incongruências na constituição desse discurso, é necessário ampliar o processo de leitura crítica, atenta não apenas ao que o texto diz, mas também a como diz e em que contexto circula.

Essa inserção contextual revela compreensão das condições de circulação de notícias, porque, como argumenta Bakhtin (2016), todo enunciado inscreve-se em cadeia dialógica, respondendo a enunciados anteriores e antecipando respostas futuras. As *fake news*, nesse sentido, exploram essa dimensão, pois, ao responderem a eventos noticiosos reais, parecem mais plausíveis; ao circularem simultaneamente a notícias legítimas, confundem-se com elas. Em oposição aos textos jornalísticos completos, que contextualizam informações e apresentam fontes variadas, as *fake news* caracterizam-se por lacunas, já que não explicam a fonte da informação, não contextualizam adequadamente e não antecipam objeções óbvias. Essas lacunas funcionam como elemento que abre espaço para que o destinatário complete o texto



com suas inferências, preconceitos e ansiedades. Nessa mesma direção, a desinformação frequentemente opera por sugestão e implicação, recorrendo menos à afirmação explícita. Essa estratégia dificulta o desmentido, pois sempre é possível alegar que o texto não disse exatamente aquilo ou que houve mal-entendido. Ao mesmo tempo, mobiliza o destinatário como coautor do sentido, o que aumenta seu engajamento e sua resistência a questionamentos posteriores.

As duas peças analisadas mobilizam emoções como indignação nos protestos fabricados e medo nas cobranças fraudulentas. Marcuschi (2008) observa que os gêneros se caracterizam não apenas por suas estruturas formais, mas por seus propósitos comunicativos e o propósito da desinformação não é informar, mas persuadir, mobilizar, provocar ações específicas como compartilhar, pagar ou deixar de pagar. Esse apelo emocional contrasta com a função dos textos jornalísticos: enquanto o jornalismo tradicional busca apresentar fatos deixando que o leitor tire suas conclusões, a *fake news* impõe interpretações, mobiliza reações, propõe conclusões prontas. Essa diferença de propósito manifesta-se em diferenças estilísticas e composicionais que, uma vez reconhecidas, possibilitam identificar esses textos.

Contraste com os textos de verificação

A análise dos textos de verificação publicados pelo G1 Fato ou Fake revela diferenças sistemáticas em relação às peças de desinformação, demonstrando como o jornalismo de checagem constitui gênero específico, com convenções orientadas para desmentir e explicar *fake news*.

Composicionalmente, os textos de verificação organizam-se segundo estrutura recorrente: manchete que explicita o veredicto ("#FAKE"), lead que sintetiza a falsidade e suas implicações, desenvolvimento que explica como a checagem foi realizada, apresentação de evidências e fontes oficiais, e frequentemente conclusão que reitera o alerta e orienta o leitor sobre como proceder. Essa estrutura difere tanto da notícia jornalística tradicional quanto, evidentemente, das *fake news* que lhe servem de objeto. A manchete dos textos de verificação apresenta particularidade importante: além de anunciar o tema, também explicita o veredicto da verificação. "É #FAKE vídeo de caminhões..." não deixa dúvida sobre a conclusão da checagem. Essa estratégia reduz ambiguidade e facilita identificação rápida, considerando que muitos leitores podem acessar apenas a manchete via redes sociais. A hashtag "#FAKE" funciona como marcador genérico, categorizando imediatamente o texto e facilitando sua circulação e recuperação.



Estilisticamente, os textos de verificação caracterizam-se por registro formal, impessoal, com preferência por voz passiva analítica que marca distanciamento ("o conteúdo foi verificado", "a informação foi checada"). Esse estilo contrasta com possível informalidade ou sensacionalismo das *fake news*, construindo uma seriedade e confiabilidade. Ao mesmo tempo, os textos evitam jargão técnico, mantendo acessibilidade para público amplo. Além disso, outro elemento estilístico crucial é a citação extensiva de fontes, pois enquanto *fake news* frequentemente não citam fontes ou citam fontes vagas e não verificáveis ("especialistas dizem", "estudos mostram"), os textos de verificação identificam explicitamente suas fontes: órgãos oficiais (Receita Federal, Ministério da Fazenda), especialistas com credenciais especificadas, documentos oficiais com referências completas. Essa prática alinha-se às convenções do jornalismo profissional e constrói autoridade baseada em verificabilidade. Sobre a identificação dessas estratégias, é preciso considerar o pensamento de Rojo (2009, p. 144) sobre o letramento crítico, que vislumbra "os textos/enunciados como materialidades de discursos, carregados de apreciações e valores, que buscam efeitos de sentido e ecos e ressonâncias ideológicas", o que demanda a capacidade do leitor crítico de avaliar a confiabilidade de fontes. Os textos de verificação modelam essa prática de letramento crítico, uma vez que demonstram como chegaram à conclusão de que um texto é falso, ensejando que o leitor potencialmente replique o procedimento de checagem. Essa transparência metodológica constitui diferença fundamental em relação à opacidade característica das *fake news*.

Tematicamente, os textos de verificação não apenas desmentem a informação falsa, mas contextualizam o fenômeno. Explicam por que determinada *fake news* surgiu, em que contexto circulou, que interesses pode servir. Essa contextualização ampliada responde ao princípio bakhtiniano de que compreender um enunciado significa compreendê-lo em sua inserção em uma cadeia dialógica mais ampla. Não basta saber que algo é falso; é preciso compreender o porquê da falsidade, suas motivações e suas consequências. Os textos de verificação também frequentemente incluem orientações sobre como proceder, por meio de alertas para não compartilhar o conteúdo falso, indicações de canais oficiais onde obter informação confiável, além de orientações sobre como identificar características de *fake news*. Essa dimensão pedagógica revela consciência de que combate à desinformação não se limita a desmentir casos individuais, mas inclui educar o público para que possa, autonomamente, identificar e resistir a futuras tentativas de mimetização. Marcuschi (2008) observa que os gêneros emergem em resposta a necessidades comunicativas de esferas sociais específicas e, nesse sentido, o



jornalismo de checagem, como gênero recente, emerge em resposta à crise de desinformação contemporânea. Sua consolidação como gênero reconhecível com convenções compartilhadas, expectativas estabilizadas, marcadores genéricos como "#FAKE" demonstra que a sociedade está desenvolvendo respostas discursivas ao problema da desinformação.

Portanto, devemos reconhecer que textos de verificação não constituem apenas negação das *fake news*, mas representam práticas discursivas alternativas, fundadas em valores epistêmicos distintos: verificabilidade em lugar de opacidade, contextualização em lugar de fragmentação, apelo racional em lugar de mimetização emocional, transparência metodológica em lugar de autoridade não fundamentada. Essas diferenças vão além dos aspectos estilísticos ou composicionais, pois refletem concepções distintas sobre o que significa informar responsabilmente em sociedade democrática.

CONCLUSÃO

Esta pesquisa analisou as *fake news* como fenômeno discursivo à luz da abordagem bakhtiniana, buscando compreender regularidades linguístico-discursivas e estratégias de simulação de credibilidade associadas a gêneros jornalísticos legitimados. A partir de duas peças verificadas pelo portal G1 Fato ou Fake, e do contraste com os textos de checagem, observou-se que as *fake news* operam com padrões recorrentes e podem ser tratadas como gênero emergente, com traços formais, estilísticos e funcionais próprios.

O aporte teórico de Bakhtin possibilita explicar o fenômeno no viés da articulação entre forma textual e condições sociais de circulação. A estabilidade relativa dos gêneros favorece a imitação de formatos reconhecíveis, em especial o jornalístico, enquanto a plasticidade histórica explica a adaptação dessas peças às dinâmicas das tecnologias e plataformas digitais atuais. Nas duas peças, identificaram-se estratégias convergentes de construção de credibilidade. No vídeo fabricado por inteligência artificial sobre protestos em Paris, se sobressaem a fabricação de pseudo-evidência visual, a simulação de registro amador, a ancoragem em debates públicos reais e a circulação em ambientes que valorizam rapidez e impacto, em detrimento da verificação. Na mensagem fraudulenta sobre cobrança de dívida ativa, destaca-se a apropriação de convenções linguísticas e composicionais de gêneros institucionais, com vocabulário técnico, estrutura de comunicado e apelo a procedimentos que induzem ação imediata do destinatário.

Em ambos os casos, a eficácia das *fake news* depende tanto do texto quanto dos contextos discursivos em que circula, pressupondo comunidades de leitores com crenças e



predisposições que favorecem sua aceitabilidade. Em ambientes como o WhatsApp, a credibilidade tende a deslocar-se para a rede de confiança de quem compartilha, reforçando a circulação mesmo na ausência de verificação. Em contrapartida, os textos de checagem consolidaram-se como gênero discursivo de resposta à desinformação, caracterizado por convenções como a explicitação do veredicto, a descrição de procedimentos, a mobilização de fontes e a orientação para a leitura crítica, operando a partir de valores epistêmicos como transparência, contextualização e verificabilidade.

Do ponto de vista metodológico, é necessário reconhecer limitações do estudo: o corpus não possibilita generalizações amplas. Além disso, a análise priorizou dimensões verbais e visuais, sem entrar em procedimentos de detecção de manipulação digital, e não incluiu estudos de recepção. Destarte, pesquisas futuras podem ampliar o corpus, incluir investigação de circulação e recepção, bem como incorporar análises técnicas, a fim de refinar as regularidades aqui descritas. Apesar dessas limitações, os resultados apontam implicações relevantes para o letramento crítico: se *fake news* se sustentam na simulação de gêneros legitimados, torna-se necessário formar leitores capazes de analisar não apenas o que o texto diz, mas como diz, em que contexto circula, a que interesses pode servir e que estratégias usa para produzir efeitos de verdade. A comparação entre *fake news* e textos de verificação, como a realizada neste trabalho, pode ser explorada como prática pedagógica para fortalecer critérios de confiabilidade e leitura crítica.

O estudo também evidencia que o enfrentamento da desinformação exige respostas articuladas. A disseminação veloz, o uso de recursos como *deepfakes* e a exploração de dados pessoais ampliam os riscos e tornam insuficientes ações baseadas apenas em desmentidos pontuais, inclusive porque a correção costuma circular menos do que o conteúdo falso e, em certos públicos, pode reforçar crenças preexistentes.

Por fim, embora boatos e notícias falsas não sejam novidade histórica, o cenário contemporâneo se distingue pela escala, velocidade, sofisticação técnica e exploração sistemática das plataformas digitais. Espera-se que as regularidades descritas neste trabalho contribuam para práticas educativas de letramento crítico e para investigações futuras que aprofundem a compreensão do fenômeno e suas formas de enfrentamento.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso**. São Paulo: Editora 34, 2016.



BAZERMAN, Charles. **Gêneros textuais, tipificação e interação**. DIONÍSIO, Ângela; HOFFNAGEL, Judith Chambliss (Org.) São Paulo: Cortez, 2005.

BEVILÁQUA, André Firpo; COSTA, Alan Ricardo; REGINATTO, Andrea Ad; FIALHO, Vanessa Ribas (Org.). **Perspectivas transgressivas no ensino mediado por tecnologias**. Boa Vista: UERR Edições, 2024.

BIONDO, Delson. **A semântica da palavra mentira e o seu protótipo cognitivo: novas evidências empíricas**. 1994. 99 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1994.

COSTA, Alan Ricardo; BEVILÁQUA, André Firpo; FIALHO, Vanessa Ribas. A atualidade do pensamento de Paulo Freire sobre as tecnologias: Letramentos Digitais e Críticos. **Olhar de Professor**, Ponta Grossa, v. 23, p. 1-16, 2020.

DOURADO, Tatiana. **Fake news e desinformação: quando mentiras viram fatos políticos**. Porto Alegre: Zouk, 2021.

FATO ou Fake. Rio de Janeiro: Globo Comunicação e Participações S.A., [2026]. Disponível em: <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/>. Acesso em: 28 jan. 2026.

GOMES, Wilson da Silva; DOURADO, Tatiana. *Fake news*, um fenômeno de comunicação política entre jornalismo, política e democracia. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 33-45, jul./dez. 2019.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Introdução à Linguística Textual**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

LEGROSKI, Marina Chiara. O gênero textual *fake news*. **Muitas Vozes**, Ponta Grossa, v. 9, n. 1, p. 328-340, 2020. DOI: 10.5212/MuitasVozes.v.9i1.0019.

LOPES, Marta Vanusa de Menezes. *Fake news*, descridibilização das práticas pedagógicas e a importância da leitura crítica. In: BEVILÁQUA, André Firpo; COSTA, Alan Ricardo; REGINATTO, Andrea Ad; FIALHO, Vanessa Ribas (Org.) **Perspectivas transgressivas no ensino mediado por tecnologias**. Boa Vista: UERR Edições, 2024. p. 27-43.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.

ROJO, Roxane. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

SILVA, Pollyanna Honorata. **Os gêneros jornalísticos e as várias faces da notícia**. 2007. 141 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

Submissão em 21/06/2026

Aprovação em 25/06/2026